

21ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville
CURADORIA DO MEIO AMBIENTE NATURAL E DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS

IC - Inquérito Civil nº 06.2016.00008835-0

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **Ministério Público do Estado de Santa Catarina**, representado neste ato pela Promotora titular da 21ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville, com atuação na Curadoria **DO MEIO AMBIENTE NATURAL E DEFESA DOS DIREITOS ANIMAIS**, Simone Cristina Schultz Corrêa, **SANTA PAULA ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS EIRELI**, neste ato representada por seu procurador, Sr. Rodrigo Schoene, OAB nº 24.468, com escritório na Rua Camboriú, nº 170, bairro Glória, nesta cidade, ora denominada **COMPROMISSÁRIA**, e a

INTERVENIENTE:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE - SAMA na qualidade de órgão ambiental fiscalizador;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme art. 127 da Constituição Federal e demais dispositivos legais;

21ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville
CURADORIA DO MEIO AMBIENTE NATURAL E DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS

CONSIDERANDO que, para defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, o Ministério Público é órgão público encarregado de promover "o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos" (art. 129, II, da Carta Magna);

CONSIDERANDO a condição do Ministério Público como agente ativo, legitimado a movimentar o Poder Judiciário, provocando o seu funcionamento com vista à obtenção dos provimentos judiciais necessários à tutela dos valores, interesses e direitos da coletividade, inclusive os relacionados aos direitos e garantias fundamentais do cidadão (arts. 127 e 129, II e III da CF);

CONSIDERANDO que aportou nesta Promotoria de Justiça a informação de edificação de imóvel em área de preservação permanente às margens de curso d'água (Ribeirão Quintino Bocaiúva), na rua Eduardo Trinks, bairro América, em Joinville, pela empresa Êxito Empreendimentos e Construções Ltda;

CONSIDERANDO o Memorando n.º 006/2017 – Jurídico, onde consta que o imóvel pertence atualmente à Santa Paula Administradora de Imóveis EIRELI;

CONSIDERANDO que no mesmo documento foi informada a existência de processo de licenciamento em nome da Construtora Construpema Ltda, o qual de acordo com o Ofício SEI n.º 0329503/2016 – SEMA.UCA, foi indeferido e arquivado;

CONSIDERANDO que restou determinado nos autos do Mandado de Segurança n.º 0022623-18.2011.8.24.0038, impetrado por Êxito Empreendimentos e Construções Ltda em desfavor do Secretário Municipal de Infra-

21ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville

CURADORIA DO MEIO AMBIENTE NATURAL E DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS

Estrutura Urbano (Recurso Especial n.º 1518733), que fosse observada a distância de 30 (trinta) metros do curso de água como área não edificante;

CONSIDERANDO que a informação SEI n.º 1722514/2018 – SAMA.UGA.AGE menciona que o imóvel em questão está inserido em área urbana consolidada, não está em área de risco e não está em área de relevante interesse ecológico, sendo possível, portanto, a aplicação do distanciamento de 15 metros do curso d'água, nos termos do art. 65, §2ª, do Código Florestal;

CONSIDERANDO que foi realizada vistoria no local constatando-se que houve supressão de toda a vegetação que existia no imóvel, inclusive na Área de Preservação Permanente;

CONSIDERANDO que na data de 20/04/2018 foi protocolado no órgão ambiental PRAD em nome da empresa Santa Paula Administradora de Imóveis visando a recuperação da área degradada, sob processo SEI n.º 17.0.070082-8, o qual encontra-se em análise pela SAMA;

CONSIDERANDO que os problemas ambientais existentes na área estão incluídos entre aqueles afetos ao controle do Meio Ambiente Natural;

CONSIDERANDO que as áreas que devem ser recuperadas pela COMPROMISSÁRIA exigem, além da apresentação de Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD ao órgão ambiental competente, sua efetiva implementação;

RESOLVEM

celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta,

21ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville
CURADORIA DO MEIO AMBIENTE NATURAL E DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS
com a permissão do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24-07-85, mediante os seguintes termos:

Cláusula 1ª - A INTERVENIENTE SAMA, que definirá os exatos termos de implementação do Projeto de Recuperação da Área Degradada visando a reparação integral dos danos ambientais causados, procederá a análise do PRAD já protocolado perante o órgão ambiental pela **COMPROMISSÁRIA Santa Paula Administradora de Imóveis Eireli**, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhado a esta PJ informações acerca da aprovação ou não.

Paragrafo único - No caso de não aprovação do PRAD já apresentado, a **COMPROMISSÁRIA** fará as devidas adequações junto à SAMA, no prazo de 30(trinta) dias, informando e comprovando nos autos no mesmo prazo. E, após, o órgão ambiental fará a devida análise, no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhando a esta PJ informações acerca da aprovação ou não do Projeto.

Cláusula 2ª – A COMPROMISSÁRIA Santa Paula Administradora de Imóveis Eireli compromete-se a, após a aprovação do PRAD pela SAMA, dar efetivo início às obras de execução do Projeto, conforme prazos estabelecidos pelo órgão, devendo apresentar perante esta Promotoria de Justiça comprovante de cada etapa concluída;

Cláusula 3ª – Caberá à **INTERVENIENTE** monitorar o PRAD pelo prazo que entender adequado e acompanhar a efetiva recuperação da área indevidamente degradada, período no qual a **COMPROMISSÁRIA Santa Paula Administradora de Imóveis Eireli** deverá apresentar, periodicamente, relatórios ao órgão ambiental;

Parágrafo Primeiro - Caberá à **INTERVENIENTE** fiscalizar e monitorar os relatórios apresentados pelos **COMPROMISSÁRIOS**, emitindo suas considerações técnicas sobre a oportunidade, a adequação e a qualidade das soluções descritas nos encaminhamentos técnicos apresentados.

21ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville
CURADORIA DO MEIO AMBIENTE NATURAL E DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS

Parágrafo Segundo - Na sequência de cada relatório apresentado pela **COMPROMISSÁRIA** à **INTERVENIENTE**, esta fará avaliação técnica acerca das condições ambientais encontradas, remetendo a esta Promotoria de Justiça, em até 30 (trinta) dias do protocolo administrativo pela **COMPROMISSÁRIA**, o respectivo laudo (com cópia do referido relatório), dando conta do monitoramento e esclarecendo tecnicamente se o objetivo do PRAD está sendo alcançado com êxito;

Cláusula 4ª – O Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida judicial, coletiva ou individual, de natureza civil, contra a compromissária, desde que cumpridos os itens ajustados;

Cláusula 5ª - O não cumprimento das cláusulas ajustadas, pela **COMPROMISSÁRIA**, implicar-lhe-á no pagamento de multa no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por cada cláusula descumprida do cronograma físico de execução do PRAD, que será revertido ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

Cláusula 6ª. O cumprimento das obrigações ajustadas não dispensa a **COMPROMISSÁRIA** de satisfazer quaisquer exigências previstas em outras legislações, tampouco de cumprir qualquer imposição de ordem administrativa que diga respeito às normas ambientais correlatas, bem como ao processo de licenciamento ambiental referente a eventual continuidade das atividades que no local se pretenda.

Parágrafo único – A SAMA procederá a análise NO PRAZO LEGAL de eventuais requerimentos, novos ou pendentes, de licenciamento ambiental para o imóvel objeto dos autos.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam o presente termo em 03 vias, que terá eficácia de título executivo

21ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville
CURADORIA DO MEIO AMBIENTE NATURAL E DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS
extrajudicial, tão logo homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público .

Joinville, 17 de junho de 2019.

PROMOTORA DE JUSTIÇA

Simone Cristina Schultz Corrêa

SANTA PAULA ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS EIRELI

Representante Compromissária

Procurador Rodrigo Schoene

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
INTERVENIENTE/ÓRGÃO FISCALIZADOR

Jonas de Medeiros

G